

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CARGA DE
AR COMPRIMIDO**

Reserva, 29 de abril de 2026.

1. INTRODUÇÃO.

- 1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), enquanto elemento essencial ao planejamento governamental, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, auxilia na elaboração do competente Termo de Referência (TR) e dos demais documentos integrantes do processo de aquisição;
- 1.2. Vê-se, assim, que as finalidades do ETP estão dirigidas, dentre outras, a analisar a viabilidade técnica da almejada contratação, bem assim avaliar todos os aspectos necessários e suficientes para a contratação;
- 1.3. O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no pedido de abertura de licitação, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2. NECESSIDADE.

- 2.1. O presente estudo visa analisar e apresentar a melhor alternativa para o atendimento das demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais do Município de Reserva, em condições, descrições, quantidades e resultados descritos nesse ETP e no Termo de Referência, observado o disposto na Lei nº. 14.133/2021 e demais legislações correlatas;
- 2.2. A aquisição de cargas de ar comprimido justifica-se pela necessidade de garantir o pleno funcionamento da rede de gases medicinais utilizada nas unidades de saúde do município. O ar comprimido medicinal é amplamente utilizado em procedimentos assistenciais, especialmente em atendimentos, nebulizações, acionamento de equipamentos médicos e demais procedimentos que dependem de pressão controlada de gases. Dessa forma, a disponibilidade contínua desse insumo é essencial para assegurar a adequada assistência aos pacientes.
- 2.3. Vale ressaltar que o presente processo se faz necessário visto que o anterior realizado, Dispensa nº 17/2026, o item referente a carga de Ar Comprimido não obteve empresa vencedora, sendo necessária a realização de novo processo.
- 2.4. Foram realizados os levantamentos das necessidades e a busca por soluções que melhor atenderiam as repartições públicas municipais, primando pela

segurança, praticidade, resistência devido às condições climáticas, naturais, baixa manutenção, economia e durabilidade.

3. SOLUÇÃO.

- 3.1. Diante da necessidade existente, é possível encontrar 1 (um) solução, é a que melhor atende às necessidades deste Município, sob os aspectos legais, técnicos, econômicos e ambientais em relação aos produtos a serem adquiridos;
- 3.2. A alternativa para a execução da prestação de serviço público é:
 - a) Contratação de empresa para fornecimento de carga de Ar Comprimido para o Pronto Atendimento Municipal;
- 3.3. **AS CONTRATADAS** deverão apresentar suas propostas com base nas suas estimativas de custo para o fornecimento;
- 3.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis dentro do prazo de um ano.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES.

- 4.1. As quantidades solicitadas dos serviços são para o atendimento de todas as demandas já apresentadas;
- 4.2. Para a estimativa foram levados em consideração:
 - a) O levantamento das quantidades;
 - b) O levantamento das opções;
 - c) O recurso de transferência especial; e
 - d) A disponibilidade orçamentária.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO.

- 5.1. O levantamento de mercado foi realizado com a busca de orçamentos para a estimativa dos valores de aquisição, com fins de comprovar o preço de mercado para o ano cotado. As pesquisas de preço encontram-se anexadas ao processo;
- 5.2. Os bens demandados são considerados comuns e encontrados no mercado nacional, portanto, há um grande número de fornecedores aptos a fornecê-los;
- 5.3. Posteriormente foram buscados os valores praticados no mercado através de contratações similares no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

- 6.1. Para a posterior pesquisa de preços as descrições deverão ser analisadas no sentido de saber se o objeto adquirido na referida compra possuirá a similitude necessária com o objeto pretendido;

ITEM	QTDE	U.R.	DESCRIÇÃO	CATMAT
1	50	UND	CARGA DE AR COMPRIMIDO 10M³ – ACONDICIONADO EM CILINDROS DE 10 M ³ . OS CILINDROS DE GASES MEDICINAIS DEVERÃO ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS). PARA SER UTILIZADO EM REDE DE AR COMPRIMIDO. OS CILINDROS DEVEM SER FORNECIDOS EM REGIME DE COMODATO.	366184

- 6.1.1. A presente contratação deverá ser realizada por **ITEM**. Essa abordagem favorece a ampliação da competitividade, possibilita maior economia de recursos públicos e proporciona mais flexibilidade na aquisição, além de permitir o melhor aproveitamento de fornecedores especializados por item.

7. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

- 7.1. **A CONTRATADA** obriga-se a responder pela qualidade e integridade dos serviços prestados;
- 7.2. Os cilindros de armazenamento devem ser fornecidos em regime de comodato pela **CONTRATADA**;
- 7.3. **A CONTRATADA** deve comunicar a Administração, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) que antecede a data do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.4. Serão de exclusiva responsabilidade da contratada:
- a) O fornecimento do quantitativo total da Nota de Empenho;
 - b) O custo de todas as despesas decorrentes de materiais, produtos e de pessoal para realização dos serviços;
 - c) A manutenção, durante toda a execução do contrato, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas;
- 7.5. **A CONTRATADA** é responsável pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/1990);

- 7.5.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de a adjudicada, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover às expensas, no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, os itens que apresentarem imperfeições, avarias, mal funcionamento, defeitos ou que estejam em desacordo com as especificações técnicas.
- 7.6. **A CONTRATADA** não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 7.7. **A CONTRATADA** não poderá utilizar de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 7.8. **A CONTRATADA** deve aceitar que os quantitativos poderão ser acrescidos ou suprimidos em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, conforme o artigo 125 da Lei 14.133/2021;
- 7.9. **A CONTRATADA** é responsável pela garantia dos serviços ofertados (observando os prazos fixados no Código de Defesa do Consumidor);
- 7.10. As Secretarias rejeitaram, no todo ou em parte, o fornecimento em desacordo com as condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência;
- 7.11. Não poderão disputar a licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente no edital de licitação;
- 7.12. **A CONTRATADA** deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução do objeto, previstas na IN nº. 01, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (no que couber);
- 7.13. Os itens devem ser entregues no Pronto Atendimento Municipal – Rua Ademar Holleben, S/N, Bairro Santa Helena, Reserva-PR, CEP 84.320-000.

8. FORNECIMENTO E ACEITAÇÃO.

- 8.1. Os itens deverão ser entregues somente após a emissão de Nota de Empenho e envio da Ordem de Serviço;
- 8.2. Os itens devem ser entregues conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Reserva - Pr;
- 8.3. **A CONTRATADA** obriga-se a responder pela qualidade e integridade dos serviços;
- 8.4. **A CONTRATADA** vencedora deverá atender a toda legislação afeta à área e normas técnicas em vigor correspondentes à prestação de serviços, expedidas pelos órgãos e agências reguladoras competentes;
- 8.5. **A CONTRATADA** obrigará-se a efetuar a entrega, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento, em **casos de emergência** a entrega deve ser feita em até **24 (vinte e quatro) horas**, sendo considerado inadimplemento a realização dos serviços de outra forma, ensejando, conseqüentemente, a convocação da segunda colocada, ensejando ainda as penalidades cabíveis;
- 8.6. A ordem de serviço será emitida de acordo com a necessidade de programação da SMS;
- 8.6.1. A não observância destas condições implicará em inaceitação, sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte do fornecedor inadimplente, isentando a Secretaria Municipal de Saúde de qualquer indenização.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO.

- 9.1. A presente contratação deverá ser realizada por **ITEM**, pois conforme já demonstrado anteriormente é o formato economicamente mais viável e que tem os melhores resultados para as especificidades da Secretaria.
- 9.2. A alternativa não apresenta nenhum entrave à concorrência ou à participação das empresas.

10. JUSTIFICATIVA DE BUSCA DE PREÇO

- 10.1. Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado e se tratando de serviços, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.
- 10.2. Encontra-se juntos aos orçamentos, extrato de contratação de pessoa jurídica para fornecimento de carga de ar comprimido, retirado do Portal Nacional de

Contratações Públicas (PNCP), em âmbito nacional, também foi realizado buscas no BLL Compras para complementar a cesta de preços.

11. JUSTIFICATIVA ESCOLHA DE FORNECEDORES

- 11.1. Conforme estabelecido na Lei de Licitações nº 14.133/2021, a busca por no mínimo três cotações de preços é uma prática que visa promover a competitividade e a obtenção do melhor preço para a Administração Pública. Essa exigência está alinhada com os princípios da eficiência, da economicidade e da busca pela melhor relação custo-benefício.
- 11.2. Justifica-se a variedade de orçamentos buscados, que tem por objetivo impedir o fracasso do certame.
- 11.3. Além disso, ao solicitar múltiplas cotações, a Administração Pública demonstra sua preocupação com a transparência e a lisura do processo licitatório, assegurando que a escolha do fornecedor seja feita de forma justa e imparcial, de acordo com critérios objetivos estabelecidos no edital.
- Portanto, a busca por no mínimo três cotações de preços é uma medida que contribui para a eficiência e a economicidade na contratação de bens e serviços pela Administração Pública, garantindo assim o melhor aproveitamento dos recursos públicos em benefício da sociedade.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

- 12.1. Momentaneamente, não será necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para o fornecimento dos matérias.

13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS.

- 13.1. O Município almeja com este serviço, dentre outros benefícios:
- a) O atendimento das demandas geradas, garantindo o bom funcionamento da Central de Gases do Pronto Atendimento Municipal;
 - b) Garantir o bom andamento das atividades desenvolvidas, sempre embasados nos princípios da economicidade, eficácia, eficiência e sustentabilidade, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde;
 - c) Contratar todos os serviços solicitados, visando diminuir o risco de tais atividades paralisadas;

- d) Otimizar a força de trabalho que possuímos tanto na gestão quanto nos atendimentos;
- a) Atender a todos os preceitos legais vigentes;
- b) Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte de empresa que possa gerar desgaste ou custos para a Secretaria Municipal de Saúde e o Município de Reserva.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS.

- 14.1. A contratação é a própria providência adotada diante das demandas apresentadas;

Desta forma, entendemos que não haverá necessidade de outro tipo de adequação ou providência a ser tomada, também levando em consideração que o órgão oferece ambiente propício ao fornecimento proposto;

- 14.2. O indicado ao acompanhamento e fiscalização dos respectivos serviços deverá adequar seus conhecimentos para a correta verificação e análise do que está sendo fornecido, e deverão realizar o mapeamento dos riscos durante a gestão, indicando possíveis melhorias para as futuras contratações.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.

- 15.1. A contratação alinha-se às finalidades do órgão e é viável do ponto de vista ambiental, econômico estratégico, conforme demonstra este estudo.

16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

- 16.1. As empresas adjudicadas deverão adotar práticas de sustentabilidade no fornecimento dos serviços, previstas na Instrução Normativa nº. 01, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (no que couber);
- 16.2. Os fornecedores também deverão atentar para o que determina o Decreto Presidencial nº. 7.746 de 05/06/2012, em seu artigo 4º, no que couber;
- 16.3. Para os itens aplicáveis, será exigida a apresentação de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, II, da Lei nº. 6.938/1981, artigo 4º da Lei nº. 6.894/1980 e da IN nº. 31/2009 do IBAMA;

16.4. **AS CONTRATADAS** devem procurar os órgãos competentes para obter informações quanto a esta exigência legal.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE.

17.1. Os estudos preliminares evidenciam que os serviços pretendidos, visando contratar uma pessoa jurídica para fornecer cargas de ar comprimido, mostram-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária;

17.2. Diante do exposto, declaramos ser viável a aquisição do ponto de vista técnico e gerencial, sendo necessária análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica pelas autoridades competentes, para que ela possa tomar ciência do ato e as providências cabíveis.

18. RESPONSÁVEIS.

Ana Carolini Monteiro
Assessora do Departamento de Saúde
Portaria 4949/2025